

Capítulo 13

ACERVOS ACESSÍVEIS E A LEGIMITAÇÃO DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA

Accessible assets and the legitimation of inclusive education

Colecciones accesibles y legitimación de la educación inclusiva

DOI: 10.31560/pimentacultural/2022.96177.13

Fabiana de Jesus Cerqueira (UFRB)

Theresinha Guimarães Miranda (UFBA)

RESUMO

Os acervos em formato acessível, os quais incluem livros e outros materiais com recursos de acessibilidade, contribuem para a legitimação da educação inclusiva na medida em que oportunizam o acesso à informação para pessoas com deficiência em equidade de oportunidades. Isto posto, o objetivo deste artigo visa investigar as características de acessibilidade do acervo disponível no Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (SIB-UFRB). Trata-se de uma pesquisa qualitativa e quantitativa, de caráter exploratório, sob os fundamentos epistemológicos da dialética-materialista. Delimitou-se o SIB-UFRB o universo da pesquisa e coletaram-se dados mediante a técnica de pesquisa documental, por meio de consulta ao site institucional e, posteriormente, os dados foram submetidos ao método de procedimento de análise de conteúdo. Os resultados evidenciam que o acervo do SIB-UFRB é limitado quanto à acessibilidade, e os poucos acervos acessíveis disponibilizados limitam-se as necessidades de estudantes com deficiência visual. Entretanto, destaca-se o Serviço de Atendimento à Pessoa com Deficiência, o qual se utiliza da estratégia de cooperação com redes colaborativas que disponibilizam o intercâmbio de acervos acessíveis, tais como Rede de Leitura Inclusiva da Fundação Dorina Nowill e o projeto de adesão a Rede Brasileira de Estudos e Conteúdos Adaptados. Dada à relevância dos acervos acessíveis na legitimação da educação inclusiva é urgente priorizar a agenda da inclusão no âmbito da biblioteca universitária.

Palavras-chave: Acervo acessível. Biblioteca universitária. Educação inclusiva. Inclusão. Políticas inclusivas.

ABSTRACT

The collections in accessible format, which include books and other materials with accessibility resources, contribute to the legitimation of inclusive education insofar as they provide access to information for people with disabilities in equal opportunities. Thus, the objective of this article is to investigate the availability of accessible collection in the Library System of the Federal University of Recôncavo da Bahia (SIB-UFRB). This is a qualitative and quantitative research, of an exploratory nature, under the epistemological foundations of dialectic-materialist. The SIB-UFRB was delimited to the research universe and data were collected through the documental research technique, by consulting the institutional website and later submitted to the content analysis procedure method. The results show that the SIB-UFRB collection is limited in terms of accessibility, and the few accessible collections available are limited to the needs of students with visual impairments. However, the Assistance Service for Persons with Disabilities stands out, which uses the strategy of cooperation with collaborative networks that provide the exchange of accessible collections, such as the Inclusive Reading Network of Fundação Dorina Nowill and the project to join the Network Brazilian Society of Adapted Studies and Content. Given the relevance of accessible collections in legitimizing inclusive education, it is urgent to prioritize the inclusion agenda within the university library.

Keywords: Accessible collection. Inclusion. Inclusive education. Inclusive policies. University library.

RESUMEN

Las colecciones en formato accesible, los cuales incluyen libros y otros materiales con recursos de accesibilidad, contribuyen para a la legitimación de la educación inclusiva en la medida en que facilitan el acceso a la información de las personas con discapacidad en igualdad de oportunidades. Dicho esto, el objetivo de este artículo es investigar la disponibilidad de acervo accesible en el Sistema de Bibliotecas de la Universidad Federal del Recôncavo da Bahia (SIB-UFRB). Se trata de una investigación cualitativa y cuantitativa, de carácter exploratorio, bajo los fundamentos epistemológicos de la dialéctica-materialista. El SIB-UFRB se ha delimitado el universo de la investigación y los datos fueron recogidos por medio de la técnica de investigación documental, consultando el sitio web institucional y posteriormente los datos sometidos al método del procedimiento de análisis de contenido. Los resultados muestran que las colecciones de la SIB-UFRB es limitado en términos de accesibilidad, y las pocas colecciones accesibles disponibles se limitan a las necesidades de los estudiantes con deficiencia visual. Sin embargo, se destaca el Servicio para Personas con Discapacidad, la cual utiliza la estrategia de cooperación con redes colaborativas que ponen a disposición el intercambio de colecciones accesibles, tales como la Red de Lectura Inclusiva de la Fundación Dorina Nowill y el proyecto de integración de la Red Brasileña de Estudios y Contenidos Adaptados. Dada la relevancia de las colecciones accesibles en la legitimación de la educación inclusiva, es urgente priorizar la agenda de inclusión dentro de la biblioteca universitaria.

Palabras clave: *Biblioteca universitaria. Colección accesible. Educación inclusiva. Inclusión. Políticas inclusivas.*

1. INTRODUÇÃO

A Educação Especial pela perspectiva inclusiva é um paradigma de política pública contextualizado nos direitos humanos, cujo propósito é possibilitar o acesso à educação de grupos historicamente excluídos. A biblioteca universitária (BU), enquanto instituição social com função educativa é um dos espaços responsáveis pela legitimação da educação inclusiva. Assim, agrega à sua identidade anterior, limitada à custódia do livro, significado mais abrangente e passou a conhecer-se como uma instituição que auxilia no processo de construção de ideias que favorecem o conhecimento (PLETSCH; 2020; ALCÂNTARA; BERNARDINO, 2013).

As bibliotecas representam a ligação entre a informação e o usuário que dela necessita. Por isso, na conjuntura da educação inclusiva é preciso desenvolver estratégias para subsidiar a informação acessível como condição de acolhimento da diversidade. Nesta esteira, os acervos acessíveis, que incluem livros e outros materiais com recursos de acessibilidade, como os livros em braille, em tinta e braille, audiolivros, livros digitais e outros, constituem-se aliados nesse âmbito (FORTELECIMENTO..., 2016).

Considerando que os acervos acessíveis contribuem na legitimação da educação inclusiva na medida em que oportunizam o acesso ao livro e à leitura para pessoas com deficiência em equidade de oportunidades, o objetivo deste artigo é investigar as características de acessibilidade do acervo disponível no Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia. Trata-se de resultados parciais da pesquisa de doutorado em execução no programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal da Bahia.

Em razão de Rodrigues (2021) apontar que a educação inclusiva é o direito dos direitos, porque a educação destituída de inclusão não

poderá levar à densificação dos restantes direitos humanos, e que a biblioteca possui papel protagonista na legitimação desses direitos, o artigo insere-se na temática 12: “Direitos humanos e políticas públicas”.

A natureza da pesquisa é do tipo descritiva e qualitativa; utilizou-se como fundamentação epistemológica a dialética materialista e, assim, a contextualização da problemática foi realizada por meio da história. Tendo em vista que o SIB-UFRB constituiu o universo da pesquisa, trata-se de um estudo de caso, em que os dados foram coletados mediante a técnica de pesquisa documental, por meio de consulta ao site institucional e os documentos institucionais. As informações coletadas foram submetidas ao método de procedimento de análise de conteúdo.

2. BREVE TRAJETÓRIA DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA

No que se refere à garantia do direito à educação para pessoas com deficiências, após longo período de exclusão, houve mudanças significativas com a promulgação da Constituição de 1988. Participaram na elaboração deste documento grupos sociais minoritários que estavam à margem do processo educativo e, assim, a constituinte universaliza a educação, a eleva a um direito social e estabelece a escolarização do estudante com deficiência no ensino regular (PLETSCH; SOUZA, 2021).

Contudo, o Art. 207 aponta que o atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência (*sic*) deve ser realizado preferencialmente na rede regular de ensino, não garantindo exclusividade da escolarização no ensino regular, oportunizando a continuidade da segregação e ou da integração (BRASIL, 1988). No paradigma da

integração, configurava-se uma inserção parcial, atribuía-se ao aluno a responsabilidade de mudanças para estar em conformidade com as exigências da escola, sendo que esta estava exonerada de mudanças, ou seja, o esforço tornava-se unidirecional (MANTOAM, 2003).

A integração refletia o modelo médico, o qual buscava a cura da deficiência por meio de terapias, tecnologias e medicamentos, contrariando, a ideia de que a qualidade de vida das pessoas com deficiência relacionava-se à quebra de barreiras (DINIZ; BARBOSA; SANTOS, 2009). Tal modelo desconhece que “se há alguma característica que seja homogênea na espécie humana essa é a diversidade. Todos os seres humanos apresentam condições de singularidades que os tornam originais e irrepetíveis” (RODRIGUES, 2021, p. 19).

A contradição evidenciada na constituinte é reiterada na Lei nº. 7.853/89, no Art. 2º, ao anunciar a inclusão como modalidade educativa da Educação Especial, porém com a inserção nas escolas especiais (BRASIL, 1989). A discrepância persiste na Lei nº. 9.394/96 - Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, cujo propósito é estabelecer as diretrizes e bases da educação nacional, em seu Art. 4º, ao endossar o atendimento educacional especializado preferencialmente na rede regular de ensino (BRASIL, 1996).

A inclusão ganha vulto em razão de eventos internacionais na área de Educação pautados na garantia dos direitos humanos. Destaca-se a Conferência Mundial sobre Educação para Todos, em 1990, e teve como produto a Declaração Mundial sobre Educação para Todos, a qual reafirma a universalização da educação (UNESCO, 1998). Igualmente importante a Conferência Mundial de Educação Especial, realizada em Salamanca, Espanha, para promover o objetivo da educação para todos. A Declaração de Salamanca, resultado dessa conferência, fez parte de um movimento de ordem global para a educação inclusiva e estabeleceu procedimentos para ações nos níveis nacional, regional e internacional (UNESCO, 1994). O evento

tornou-se um marco inclusivo na defesa das escolas inclusivas ao admitir que “as escolas comuns representam o meio mais eficaz de combater atitudes discriminatórias, de criar comunidades acolhedoras, construir uma sociedade pautada no respeito à diferença e dar educação para todos” (PLETSCH; SOUZA, 2021, p. 5).

No contexto nacional, a partir das Diretrizes Nacionais para Educação Especial na Educação Básica, de 2001, admite-se o equívoco de colocar à margem, ou excluir os estudantes com deficiência, considerados diferentes, com base nos padrões de normalidade construídos pela sociedade. Nessa vertente, a exigência de que o aluno se ajuste aos padrões para aprender com os demais é substituída pela atribuição da construção coletiva de uma educação voltada para a diversidade por parte do sistema educacional (BRASIL, 2001).

A Diretriz assume a Educação Especial como modalidade da educação escolar com recursos e serviços educacionais específicos, e com respeito ao público-alvo, reafirma a expressão utilizada pela Declaração de Salamanca, “educandos com necessidades educacionais especiais”, os quais incluem os alunos com deficiência, com transtornos globais do desenvolvimento e com altas habilidades/superdotação, ampliando desta forma o público-alvo da Educação Especial (PLETSCH; SOUZA, 2021).

A partir da década de 2000, a questão da pessoa com deficiência passa a ser discutida no viés dos direitos humanos. Neste contexto, a deficiência passar a ser analisada sob a fundamentação do modelo social, o qual desloca a problemática da deficiência dos espaços domésticos para a vida pública; trata-se de justiça social. Compreende-se a deficiência como manifestação da diversidade humana, sendo que são as barreiras sociais que provocam a experiência de desigualdades. A opressão não é um atributo dos impedimentos corporais, mas o resultado de sistemas sociais não inclusivos (DINIZ; BARBOSA; SANTOS, 2009).

Deficiência não está circunscrita ao que o olhar médico descreve, mas em especial, ao comedimento à participação na sociedade ocasionada pelas barreiras sociais. A deficiência diz respeito a habitar um corpo com impedimentos que podem ser físicos, intelectuais ou sensoriais, trata-se de uma das formas de estar no mundo. Neste cenário, o conceito de pessoa com deficiência ultrapassa o viés biomédico, passa a ser compreendido em termos políticos e consolida a deficiência como desvantagem social (DINIZ; BARBOSA; SANTOS, 2009).

Sob a influência do modelo social, destaca-se o Decreto nº. 6.949/99, o qual promulga a Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e seu Protocolo. Trata-se do primeiro tratado internacional que adquire poder constitucional no Brasil, no seu preâmbulo reconhece que a educação possibilita às pessoas com deficiência o pleno gozo de todos os direitos humanos e liberdades fundamentais (BRASIL, 1998).

Em seguida, o Programa Educação Inclusiva: Direito à Diversidade, lançado pelo governo brasileiro em 2003, priorizou a transformação dos sistemas de ensino em sistemas educacionais inclusivos, garantindo o acesso de todos à escolarização, à oferta do atendimento educacional especializado e à garantia da acessibilidade, promovendo a formação de professores para atuar na disseminação da Educação Inclusiva (BRASIL, 2005).

Posteriormente, em 2008, visando constituir políticas públicas promotoras de educação de qualidade para todos os alunos, o governo brasileiro lançou a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva Inclusiva. Refutam-se os modelos segregativos e integrativos, e a educação especial pela perspectiva inclusiva constitui-se a proposta pedagógica da escola. A Educação Especial é uma modalidade de ensino que perpassa todos os níveis, etapas e modalidades, a qual realiza o atendimento educacional especializado, com serviços e recursos necessários, e a orientação de alunos e seus professores quanto a sua utilização nas turmas comuns do ensino regular (BRASIL, 2008).

Em 2015, publica-se a Lei nº. 13.146/2015 – conhecida como a Lei Brasileira da Inclusão (LBI), um avanço sem precedentes no tocante a assegurar e a promover em condições de igualdade o exercício dos direitos e das liberdades fundamentais da pessoa com deficiência. Ratifica o modelo social ao apontar que são as barreiras que limitam a participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com os demais (BRASIL, 2015).

A breve exposição do arcabouço legal das políticas educacionais inclusivas, ora apresentada, evidencia a educação como direito fundamentado. Entretanto, conforme concebe Bobbio (2004, p. 17) “o problema grave de nosso tempo, com relação aos direitos do homem, não era mais o de fundamentá-los, e sim o de protegê-los”.

3. O ACERVO ACESSÍVEL E AS REDES COLABORATIVAS

Com o significativo aumento de ingressos de estudantes com deficiência no ensino superior, exige-se o planejamento adequado quanto ao acolhimento deste público na biblioteca. Silva e Bernardino (2015, p. 31-32) endossam a importância de planejamento ao indagar: “Já imaginou se só fabricássemos um chuveiro quando alguém decidiu tomar banho? Ou se deixássemos para construir uma escada quando precisássemos dela?”. Neste processo, são fundamentais a escuta e o olhar atento às necessidades do usuário em atenção ao mote das pessoas com deficiência “Nada sobre nós sem nós!”, ou seja, todo o planejamento da biblioteca deve ser pautado a partir dos anseios e das necessidades desse público.

Nesta linha, destaca-se que o conceito de acessibilidade, conforme a LBI, não se limita apenas a aspectos arquitetônicos, relaciona-se com a possibilidade e condição de alcance para utilização, com

segurança e autonomia da informação (BRASIL, 2015). Nessa direção, reitera-se a necessidade de a biblioteca disponibilizar informação em suportes diversos de acordo com as necessidades do estudante.

O surgimento de redes colaborativas de bibliotecas tem sido uma estratégia relevante, dada a impossibilidade de uma biblioteca possuir a totalidade dos recursos informacionais para atender às necessidades de seus usuários e à escassez de produção de livros em formato acessível nas bibliotecas. Os esforços cooperativos permitem a ligação entre os acervos de bibliotecas distintas, maximizam os acervos e ampliam a oferta de materiais (CUNHA, 2018; SOUSA; MALHEIROS; FURTADO, 2021).

A Rede Brasileira de Estudos e Conteúdos Adaptados (Rebeca) possibilita a colaboração de acervos acessíveis dirigidos a pessoas com deficiência visual e visa à troca de informações técnicas sobre o processo de editoração de conteúdos acadêmicos adaptados, necessários à leitura e estudos da comunidade acadêmica que tem limitações de acesso à bibliografia impressa, assim como possibilita o acesso aos materiais disponibilizados por outras instituições pertencentes à rede (SOUSA; MALHEIROS; FURTADO, 2021).

A produção do formato acessível realizado pelas instituições que cooperam com a Rebeca atua em conformidade com a Lei nº 9.610, a qual atualiza e consolida a legislação sobre direitos autorais. O art. 46, afirma que não constitui ofensa aos direitos autorais à reprodução de obras literárias, artísticas ou científicas, para uso exclusivo de pessoas com deficiência visual, e sem fins comerciais (BRASIL, 1998). Atualmente cooperam nesta rede dezessete (17) instituições federais de ensino.

Outra rede nacional é a Rede Nacional de Leitura Inclusiva, coordenada pela Fundação Dorina Nowill cujo objetivo é fomentar o acesso à leitura e à informação para pessoas com deficiência visual. A rede oferece serviços de fornecimento de livros acessíveis e promove o

intercâmbio entre diversos profissionais que trabalham com a mediação da leitura, como bibliotecários, professores, audiodescritores, tradutores e intérpretes de Libras (SOUSA; MALHEIROS; FURTADO, 2021).

Neste contexto dos acervos acessíveis, a tecnologia assistiva (TA) apresenta-se como aliada, uma vez que a tecnologia propõe facilidades de serviços e acesso à informação. Os recursos de TA incluem “desde artefatos simples, como uma colher adaptada ou um lápis com uma empunhadura mais grossa para facilitar a preensão, até sofisticados programas especiais de computador que visam à acessibilidade” (GALVÃO FILHO, 2009, p. 91). O avanço da tecnologia possibilitou que esses recursos ganhassem maior funcionalidade, tornando-os fundamentais para pessoas com deficiência.

4. METODOLOGIA

Delimitaram-se como universo da pesquisa as bibliotecas que compõem o SIB-UFRB, a Biblioteca Central e cinco bibliotecas setoriais (quadro 1).

Quadro 1 - Bibliotecas do SIB-UFRB

BIBLIOTECA	CIDADE
Biblioteca Central (BC)	Cruz das Almas
Biblioteca do Centro de Artes, Humanidades e Letras (CAHL)	Cachoeira
Biblioteca do Centro de Ciências da Saúde (CCS)	Santo Antônio de Jesus
Biblioteca do Centro de Formação de Professores (CFP)	Amargosa
Biblioteca do Centro de Cultura, Linguagens e Tecnologias Aplicadas (CECULT)	Santo Amaro
Biblioteca do Centro de Ciências e Tecnologia em Energia e Sustentabilidade (CETENS)	Feira de Santana

Fonte: Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, 2018.

A UFRB, criada pela Lei 11.151, mediante o desmembramento da Escola de Agronomia da UFBA, constitui-se o resultado da reivindicação da comunidade em prol da democratização do acesso ao ensino superior. De modelo multicampi, atualmente oferece 40 (quarenta) cursos de graduação. O SIB-UFRB possui uma biblioteca em cada campus, com exceção de Cruz das Almas que funcionam dois centros de ensino, o Centro de Ciências Exatas e Biológicas (CETEC) e o Centro de Ciências Agrárias, Ambientais e Biológicas (CCAAB), ambos atendidos pela Biblioteca Central (UNIVERSIDADE..., 2018).

A pesquisa constitui-se um estudo de caso, o qual se aprofundou exaustivamente no SIB-UFRB quanto às características de acessibilidade do acervo (GIL, 2002). Trata-se de uma pesquisa qualitativa e descritiva, as quais oportunizaram, a partir de uma descrição aprofundada, a compreensão das características de acessibilidade do acervo disponível no SIB-UFRB, para assim, sublinhar possíveis sugestões visando otimizar as práticas inclusivas (TRIVIÑOS, 1987).

A pesquisa se apoia epistemologicamente na abordagem dialética materialista, concepção a qual possibilita o mergulho na temática mediante uma análise dos fatos histórico-sociais. Por isso, a investigação apresenta uma breve trajetória da educação inclusiva para contextualizar a relevância do acervo acessível no âmbito da BU. A referida abordagem concebe o conhecimento como processo de totalização, que não objetiva uma etapa definitiva. Por isso, longe de trazer soluções, o artigo visa apresentar reflexões que inspirem melhores condições no acesso à informação no cenário da biblioteca (KONDER, 2008).

Utilizou-se como instrumento de produção de dados a pesquisa documental, buscou-se no site informações sobre as características de acervo acessível no regulamento da biblioteca (GIL, 2002). Aplicou-se o procedimento de análise de conteúdo no site, definido em três fases: 1) a pré-análise; 2) exploração; e 3) tratamento dos dados. Inicialmente realizou-se uma leitura flutuante, na etapa seguinte se explorou qual-

quer referência a acervo acessível. Por fim, selecionaram-se as abas do site relevantes para o objetivo da pesquisa (BARDIN, 2011).

5. RESULTADOS

A investigação iniciou-se mediante a busca do site institucional da UFRB, o qual pode ser acessado através do endereço <https://ufrb.edu.br/portal/>; nesta página, buscaram-se informações do SIB-UFRB, localizadas na aba <Pesquisa> <Sistemas de Bibliotecas>. Na aba <Sistema de Bibliotecas> apresenta-se a estrutura da biblioteca, e se esclarece que o sistema é coordenado pela Biblioteca Central, responsável pelas políticas para promover e disseminar o acesso à informação (UNIVERSIDADE..., 2022).

A principal do SIB-UFRB apresenta-se links para a BC e as bibliotecas setoriais, juntamente com e-mails e telefones. Tendo em vista que se atribui à BC a disseminação do acesso à informação, as buscas referentes à disponibilização do acervo acessível realizaram-se na página da BC, <https://ufrb.edu.br/portal/sistema-de-bibliotecas> (UNIVERSIDADE..., 2022).

No site da BC, identificaram-se diversas abas como <equipe>, <conteúdo>, <institucional>, <documentos>, <acessibilidade> e <conteúdo digital> e as três últimas abas tornaram-se objeto da análise. Ainda nesta página havia serviços oferecidos, sendo que nenhum destinado para pessoas com deficiência, por exemplo, “[Solicitar Nada Consta](#)”, “[Tutoriais](#)”, “[Solicitar Ficha Catalográfica](#)”, dentre outros. Dessa forma, não analisamos nenhuma dessas abas de serviços (UNIVERSIDADE..., 2022).

Na aba <documentos> investigou-se quanto ao regulamento da biblioteca, as informações desta aba estavam confusas de modo

que demandou tempo para localizar o referido documento. Após busca, localizou-se o documento “O regimento e o regulamento das bibliotecas do SIB-UFRB”, o qual fora aprovado em sessão extraordinária do Conselho Universitário, em junho de 2009 (UNIVERSIDADE..., 2009).

O documento normaliza os procedimentos de empréstimo e consulta, define o horário de funcionamento, tipo de material disponível para empréstimo, os direitos e deveres dos usuários, as competências das bibliotecas e dá outras providências. Com respeito ao tipo de material, não se faz alusão a acervo acessível (UNIVERSIDADE..., 2009). O regimento evidencia o planejamento pautado na concepção da homogeneidade humana, isto é, esquecendo-se da diversidade dos usuários, evidenciando, desta forma, necessidade de atualização.

Na aba <acessibilidade> são apresentadas informações relevantes às quais respondem de forma específica ao objetivo desta pesquisa: investigar as características de acessibilidade do acervo disponível no acessível no Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia. Nesta página, apresenta-se o “Serviço de Atendimento a Pessoa com Deficiência”, e dentre os objetivos inclui promover o desenvolvimento de acervo acessível para pessoas com deficiência visual (UNIVERSIDADE..., 2022).

A informação contida nesta página esclarece que o Serviço se encontra em fase de implantação, devido às restrições do Covid-19. No entanto, a parceria com a Rede Nacional de Leitura Inclusiva da Fundação Dorina Nowill, realizou-se a Oficina de Leitura Inclusiva dirigida à equipe do SIB-UFRB, nos três encontros on-line, trabalhou-se questões referente à sensibilização quanto às diferenças, e também ao acolhimento da pessoa com deficiência. A parceria com a Rede também possibilitou o recebimento de livros no formato braille (UNIVERSIDADE..., 2022).

A respeito da disponibilização de acervo acessível, o Serviço de Atendimento à Pessoa com Deficiência, através do Núcleo de Formação, Tratamento de Acervos e Tecnologia da Informação (NUFTIN), salienta que está em processo de adesão ao repositório acessível da REBECA, a primeira rede colaborativa de acervos acadêmicos adaptados, cujo propósito é reunir as instituições de ensino superior que desenvolvem ações e serviços de atendimento informacional aos estudantes dessas instituições para cooperação técnica e o intercâmbio de obras em formato acessível (UNIVERSIDADE..., 2022).

Ainda na página de acessibilidade há um espaço com trabalhos publicados com o link para uma comunicação do evento I Encontro Baiano de Bibliotecas Universidades Públicas. A comunicação indica que a UFRB possui 92 estudantes ativos matriculados na condição de deficiência, as quais incluem: a auditiva, a baixa visão, o distúrbio de déficit de atenção, a dislexia, a física, a intelectual, surdez, transtorno do déficit de atenção e visual. Sendo que a deficiência física e deficiência visual (baixa visão e visual) são as mais recorrentes (CERQUEIRA; MOREIRA; PAIXÃO, 2022).

A referida comunicação científica aponta para a pesquisa de Cerqueira (2019), a qual constatou a escassez de acervo acessível para pessoa com deficiência visual. Na pesquisa gestão do SIB, revelou que a política de desenvolvimento de coleções não prevê a compra desses materiais, mas que a atualização do Regulamento permitirá incluí-los; contudo, tal atualização ainda não se encaminhou. Dessa forma, a comunicação aborda-se que o Serviço, ainda em fase de implantação parte de uma preocupação para ampliar o acesso à informação para estudantes com deficiência (CERQUEIRA; MOREIRA; PAIXÃO, 2022).

Na aba <conteúdo digital> fornece-se uma lista de diversas editoras, bases de dados, bibliotecas digitais e virtuais, o acesso a livros eletrônicos, periódicos on-line, todas gratuitas. Destaca-se o link da editora da UFRB com livros no formato acessível, em formato

e-book, no entanto para pleno uso de pessoas com deficiência visual é preciso conjugar com leitores de tela, um recurso de tecnologia assistiva, os quais não são mencionados no regulamento.

3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O debruçar sobre as características de acessibilidade do acervo disponível no Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia observou-se fragilidades e potencialidades. Com referência às fragilidades, constatou-se escassez na oferta desses acervos ainda restrita à deficiência visual. Como potencialidade, destaca-se a estratégia de cooperação com redes colaborativas que possibilita o intercâmbio de acervos acessíveis, tais como Rede de Leitura Inclusiva e o projeto de adesão a Rebeca. A estratégia de cooperação é de fundamental relevância uma vez que nenhuma biblioteca conseguirá adquirir todo o acervo que necessita.

No tocante ao processo de adesão à Rebeca, faz-se necessária dotação de recursos, ao nível de recursos humanos e materiais, uma vez que a parceria se efetiva mediante a confecção de acervo acessível, o qual implica na aquisição de scanner para digitalizar os materiais e profissionais audiodescritores que descrevem as imagens dos materiais. Considerando-se que as bibliografias dos cursos são comumente desenvolvidas nos meios tradicionais no suporte papel, justifica-se a pertinência da alocação de recursos para aderir a esta rede colaborativa, uma vez que ela assegurará aos estudantes acesso a livros e artigos acadêmicos em formato acessível (SOUZA; MALHEIROS; FURTADO, 2021).

Tendo em vista que a referida rede se delimita ao atendimento de pessoas com deficiência visual, sugere-se buscar outras estratégias para ampliar o acolhimento às demais deficiências, e enquanto os

recursos são escassos convêm explorar alternativas gratuitas, as quais incluem a promoção da filosofia inclusiva e a capacitação quanto ao uso de tecnologia que favorecem a autonomia da pessoa com deficiência.

Apesar das fragilidades apontadas, constata-se que as ações do SIB-UFRB, representam um avanço significativo ao adicionar a agenda da inclusão ao planejamento global da biblioteca. A informação auxilia no desenvolvimento do ser humano, por isso é fundamental que a biblioteca desenvolva estratégias para subsidiar a informação acessível para auxiliar nessa dívida histórica para com as pessoas com deficiência. Não se trata de uma opção, é uma questão de direito assegurado na legislação.

REFERÊNCIAS

ALCÂNTARA, F. L. C.; BERNARDINO, M. C. R. O papel da biblioteca universitária como mediadora no processo de ensino-aprendizagem nas bibliotecas universitárias na cidade de Juazeiro do Norte. **Múltiplos Olhares em Ciência da Informação**, Belo Horizonte, v. 3, n. 2, 2013.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2011.

BOBBIO, N. **A era dos direitos**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004.

BRASIL. Casa Civil. **Decreto 6.949, de 25 de agosto de 2009**. Brasília, DF: Casa Civil, 2009. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/decreto/d6949.htm#:~:text=Os%20Estados%20Partes%20proibir%C3%A3o%20qualquer,a%20discrimina%C3%A7%C3%A3o%20por%20qualquer%20motivo. Acesso em: 11 maio 2022.

BRASIL. Congresso Nacional. **Lei n. 13.146, de 6 de julho de 2015**. Brasília, DF: Congresso Nacional, 2015. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm. Acesso em: 11 maio 2022.

BRASIL. Congresso Nacional. **Lei n. 7.853, de 24 de outubro de 1989**. Brasília, DF: Congresso Nacional, 1989. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l7853.htm. Acesso em: 07 abr. 2022.

BRASIL. Congresso Nacional. **Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Brasília, DF: Congresso Nacional, 1996. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm. Acesso em: 07 abr. 2022.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Casa Civil, 1988.

BRASIL. Lei n. 9.610, de 19 de fevereiro de 1998. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 19 fev. 1998.

BRASIL. Ministério da Educação e Cultura. Secretaria de Educação Especial. **Programa educação inclusiva: direito à diversidade**, documento Orientador. Brasília: DF, 2005.

BRASIL. Ministério da Educação e Cultura. Secretaria de Educação Especial. **Resolução n. 2, de 11 de setembro de 2001**. Brasília: Ministério da Educação/SEESP, 11 set. 2001. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/CEB0201.pdf>. Acesso em: 07 abr. 2022.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva**. Brasília, DF, 2008.

CERQUEIRA, F. de J. **A inclusão da pessoa com deficiência visual sob a perspectiva da Ciência da Informação: um estudo nas bibliotecas da UFRB**. 2019. 185 f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2019. Disponível em: <https://repositorio.ufba.br/bitstream/ri/29819/1/FABIANA%20DE%20JESUS%20CERQUEIRA.pdf>. Acesso em: 19 set. 2022.

CERQUEIRA, F. de J.; MOREIRA, M. N. F.; PAIXÃO, M. C. P. da. **O serviço de atendimento à pessoas com deficiência do sistema de bibliotecas da UFRB**. 2021. Disponível em: <https://www.ufrb.edu.br/biblioteca/acessibilidade>. Acesso em: 6 nov. 2022.

CUNHA, M. B. Cooperação bibliotecária: a palavra-chave nos tempos atuais. **Revista Ibero-Americana de Ciência da Informação**, Brasília, DF, v. 11, n. 2, p.364-366, maio/ago. 2018.

DINIZ, D.; BARBOSA, L.; SANTOS, W. R. Deficiência, direitos humanos e justiça. **Revista Internacional de Direitos Humanos**, São Paulo, v. 6, n. 11, p. 64-77, dez. 2009.

FORTALECIMENTO de bibliotecas acessíveis e inclusivas (Manual orientador). São Paulo: Mais Diferenças, 2016. Disponível em: https://maisdiferencas.org.br/wp-content/themes/maisdiferencas/downloads/materiais/manual_orientador.pdf. Acesso em: 07 abr. 2022.

- GALVÃO FILHO, T. Acessibilidade tecnológica. *In*: DÍAZ RODRÍGUEZ, F. M. **Educação inclusiva, deficiência e contexto social**: questões contemporâneas. Salvador: EDUFBA, 2009.
- GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.
- KONDER, L. **O que é dialética?** 28. ed. São Paulo: Brasiliense, 2008.
- MANTOAN, M. T. E. **Inclusão escolar**: o que é? Por quê? São Paulo: Moderna, 2003.
- PLETSCH, M. D. O que há de especial na Educação Especial Brasileira? **Momento**: diálogos em Educação, Rio Grande, RS, v. 29, n. 1, p. 1-15, 2020.
- PLETSCH, M.; SOUZA, F. F. Educação comum ou especial? Análise das diretrizes políticas de educação especial brasileiras. **Revista Ibero Americana de Estudos em Educação**, Araraquara, v. 16, n. esp. 2, p. 1286-1306, maio 2021.
- RODRIGUES, D. Dimensões éticas da educação inclusiva. *In*: NOZU, W. C. S.; SIEMS, M. E. R.; KASSAR, M. C. M. (Orgs.) **Políticas e práticas em educação especial e inclusão**. Curitiba: Ithala, 2021.
- SILVA, C. C. O.; BERNARDINO, M. C. R. Percepções sobre biblioteca inclusiva. **Folha de Rosto**, Juazeiro do Norte, v. 1, n. 1, p. 30-43, jan./jun., 2015. Disponível em: <http://www.brapci.inf.br/index.php/res/download/52495>. Acesso em: 30 jan. 2019.
- SOUZA, C.; MALHEIROS, T.; FURTADO, M. Redes colaborativas de bibliotecas produtoras de materiais acessíveis no Brasil e nos Estados Unidos: revisão de literatura. *In*: MELO, F. R. L. V.; GUERRA, E. S. F. M.; FURTADO, M. M. F. D. (Orgs.) **Educação superior, inclusão e acessibilidade**: reflexões contemporâneas. Campos dos Goytacazes, RJ: Encontrografia, 2021.
- TRIVIÑOS, A. N. S. **Introdução a pesquisa em ciência social**: a pesquisa qualitativa em educação. Atlas: São Paulo, 1987.
- UNESCO. **Declaração de Salamanca**. Brasília, DF, 1994.
- UNESCO. **Declaração Mundial sobre Educação Para Todos**: satisfação das necessidades básicas de aprendizagem. Jomtien, 1998. Disponível em: https://abres.org.br/wp-content/uploads/2019/11/declaracao_mundial_sobre_educacao_para_todos_de_marco_de_1990.pdf1994. Acesso em: 13 jan. 2021.
- UNIVERSIDADE FEDERAL DO RECÔNCAVO DA BAHIA. **Conhecendo a UFRB**. Cruz das Almas, BA, 2018. Disponível em: <https://www.ufrb.edu.br/anuario/conhecendo-a-ufrb>. Acesso em: 01 abr. 2018.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RECÔNCAVO DA BAHIA. Conselho Universitário. **Resolução nº 003/2009**. Cruz das Almas, BA: UFBR/Consuni, 2009. Disponível em: <https://www.ufrb.edu.br/biblioteca/documentos/category/2-documentos-do-sistema-debibliotecas-da-ufrb?start=20>. Acesso em: 13 maio 2018.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RECÔNCAVO DA BAHIA. **Sistema de Bibliotecas**. Cruz das Almas, BA, 2022. Disponível em: <https://ufrb.edu.br/portal/sistema-de-bibliotecas>. Acesso em: 13 jan. 2022.